

SPRA



informação.ano XVI.nº79.setembro.2020

Triénio 2020/2023

CALENDÁRIO ELEITORAL DOS
CORPOS GERENTES DO SPRA

Pág.10

*Nada substitui **O** professor
Nada substitui **A** escola*



Nós somos o que somos mas também somos aquilo que fazemos.

José Saramago



EDITORIAL

António Lucas

Pandemia e dinheiro “bem gasto”

Em nome da Direção do SPRA, quero desejar-vos um ano letivo 2020/2021 cheio de sucessos pessoais e profissionais. O dia 1 de setembro marca o início do ano escolar, mas também nos coloca, a nós, docentes que exercem nos Açores, numa posição de vantagem, em termos de desenvolvimento da carreira, relativamente aos nossos colegas da Madeira e do Continente, pois significa que recuperámos 50% do tempo dos dois períodos de congelamento.

Quanto ao futuro, temos como garantida a incerteza intrínseca à própria pandemia. Do ponto de vista sindical, temos que estar alerta, não só para aquilo que vai sendo dito nas entrelinhas, mas também, e sobretudo, para aquilo que não é dito. Foi anunciada a “bazuca europeia”, digo, dinheiro a fundo perdido, mas não foi dito que seria para apoios sociais, pelo contrário, foi possível ler, nas entrelinhas, que o dinheiro seria para investir em novas tecnologias de comunicação e na transição energética, uma vez mais, “vão dar-nos dinheiro” para lhes comprarmos tecnologias de comunicação, ventoinhas produtoras de energia e comboios, até porque se prevê o fim das viagens aéreas na Europa para distâncias inferiores a 500km. Parafraçando o Presidente da República, “é preciso garantir que o dinheiro será bem gasto”. Sem dúvida que o PR estava a falar nos interesses primários dos alemães, franceses e dinamarqueses, pelo menos!

O resto do dinheiro virá por via dos “mercados”, portanto, aumentando a dívida soberana dos países. Ora, sobre este assunto, a margem portuguesa é quase nula, o que nos permitirá antever um processo recente de má memória, em que o empobrecimento dos trabalhadores voltará à calha.

Assim, parece-nos possível antever que, no final de 2020 e no ano de 2021, pelo menos, teremos que nos unir, cerrar fileiras e ir para a rua lutar pelos nossos postos de trabalho e rendimentos. É essencial que não nos deixemos dividir pelos habituais discursos dos privilégios dos mais velhos face aos mais novos, ou dos privilégios dos funcionários públicos face aos trabalhadores do privado, dos trabalhadores com vínculo face aos precários, ou, eventualmente, dos trabalhadores presenciais face aos que estão em teletrabalho.

Só a nossa coesão garante a manutenção de direitos! ●

Parafraçando o Presidente da República, “é preciso garantir que o dinheiro será bem gasto”. Sem dúvida que o PR estava a falar nos interesses primários dos alemães, franceses e dinamarqueses, pelo menos!

SPRA 5
informação.ano XVI.n.º79.setembro.2020

FICHA TÉCNICA

Director:

António Lucas

Conselho de Redacção:

Antónia Coelho | Vitória Fonseca |

João Natal | Filipe Campos |

António Dutra | Alice Ferreira |

Natacha Ferreira

Editor:

Fernando Vicente

Paginação e Tratamento Gráfico:

Tiago Madeira

Revisão:

Lúisa Cordeiro, Vitória Fonseca

Colaboração regular:

José Paulo Oliveira (Jornalista)

Propriedade e Edição:

Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA);

Bimestral

Tiragem média:

2.250 exemplares

Impressão e acabamento:

Nova Gráfica, Lda

Dep. Legal:

206452/04

III Série

Distribuição gratuita aos sócios do SPRA

Membro da FENPROF

www.spra.pt

GRISPRÁ:

Gabinete de Recursos e Informação do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS

STA. MARIA

R. Leandro Chaves, 14

9580-533 Vila do Porto

tel: 296 882 118

smaria@spra.pt

S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A, nº 10, 3º

9500-310 Ponta Delgada

tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698

smiguel@spra.pt

TERCEIRA

Canada Nova nº 21, Sta Luzia

9700-130 Angra do Heroísmo

tel: 295 215 471 | fax: 295 212 607

spraterceira@spra.pt

GRACIOSA

R. Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22

9880 Santa Cruz Graciosa

tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886

graciosa@spra.pt

S. JORGE

Rua: Dr Manuel de Arriaga, S/N

9800-549-VELAS

tel: 961 608 587

sjorge@spra.pt

FAIAL

Rua da Vista Alegre, fração V/W

9900-071 HORTA

tel: 292 292 892

faial@spra.pt

PICO

R. José Martins Garcia

9950-302 Madalena do Pico

tel: 292 623 000

pico@spra.pt

FLORES e CORVO

R. Fernando Mendonça, 2 R/C

9970-332 Sta Cruz das Flores

tel/ fax: 292 592 976

flores@spra.pt



Alteração do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Região

Petição entregue na Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Os peticionários pretendem essencialmente alterar as “prioridades regionais” de acesso aos Concursos Externo e de Contratação.

O Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Região Autónoma dos Açores, atualmente em vigor, negociado e publicado em 2017, é o diploma mais equilibrado dos três sistemas educativos do território nacional e aglutina os interesses profissionais dos docentes e os da administração, salienta o SPRA.

Num parecer emitido a propósito da petição entregue na ALRAA, o SPRA observa, a dado passo:

“No preâmbulo da petição, último parágrafo, os peticionários afirmam: “... dando prioridade aos docentes Açorianos e aos docentes que fizeram dos Açores a sua Região.” Sobre esta matéria, da priorização de candidatos em concursos públicos tendo por base locais de nascimento ou de residência, existe jurisprudência, nomeadamente, a plasmada nos Acórdãos do Tribunal Constitucional n.º 81/2003 e 232/2003, precisamente, no âmbito de regulamentos de concurso do pessoal docente da Região Autónoma dos Açores e para os quais chamamos a especial

atenção dos senhores deputados.” O SPRA lembra, também, que, “nas alterações feitas no atual diploma de concursos, e para garantir equidade de tratamento nas formas de mobilidade nos dois sentidos: Açores-Continente-Açores, foi necessário assumirem-se compromissos políticos de reciprocidade entre o atual Secretário Regional da Educação e a então Secretária de Estado, Alexandra Leitão”

Contradições

O parecer divulgado pelo Sindicato dos Professores da Região Açores acrescenta: “No *item* “Propostas para análise”, os peticionários referem que “ano após ano, servem para colmatar as necessidades provisórias das escolas da rede pública da Região e que são constantemente sujeitos a ultrapassagens pelos docentes que não se encontram a lecionar no sistema de ensino público da Região, verifica-se que, cada vez mais, é remota a sua oportunidade de integrar o quadro interno da Região.” Esta afirmação, acrescenta a tomada de posição sindical, “contém contradições intrínsecas, por um lado, reconhecem que estão a colmatar necessidades transitórias do Sistema Educativo Regional, por outro lado, consideram que deveriam integrar os quadros que correspondem a

necessidades permanentes do Sistema Educativo Regional, acrescentando, ainda, que são ultrapassados por docentes que não prestam serviço no “sistema de ensino público da Região”. Presume-se, assim, que as ultrapassagens deverão ocorrer no concurso externo e não na contratação, uma vez que os peticionários, “ano após ano, servem para colmatar as necessidades provisórias das escolas da rede pública da Região”. Presume-se, também, que estes docentes que ultrapassam os peticionários, à sua semelhança, concorrem na mesma prioridade, mas detêm maior graduação profissional e são “docentes Açorianos” “ou fizeram dos Açores a sua Região”, pelo menos, durante um determinado período da sua vida, regista ainda o parecer sindical.

Legalidade duvidosa

Na opinião do SPRA, a presente petição encerra, apesar de tudo e de forma supletiva, “uma questão política central, nomeadamente, a questão da valorização, ou não, do tempo de serviço prestado nas escolas públicas, ou seja, se as prioridades devem ou não basear-se em interesses individuais, como parece ser o desiderato dos peticionários, ou se devem submeter a compromissos políticos de valorização do trabalho docente nas escolas públicas.”

“Consideramos, assim, que esta petição carece de fundamentos políticos e propõe soluções de priorização de candidatos, no mínimo, de legalidade duvidosa, aliás, sustentada em jurisprudência que acima referimos”, conclui a Direção do SPRA. ●



Pré-Escolar e 1.º Ciclo

Igualdade, justiça e legalidade!

O SPRA lançou recentemente uma petição pela uniformização de horários e das reduções da componente letiva por antiguidade para os docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

O fim do regime especial de aposentação dos docentes em monodocência veio criar uma situação de clara discriminação dos docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, face aos restantes docentes dos outros ciclos e níveis de ensino, em virtude da diferenciação no acesso às reduções da componente letiva por idade e antiguidade, lembra o documento.

Sobretudo desde a extinção do regime especial de aposentação - destaca mais adiante - que o Sindicato dos Professores da Região Açores tem vindo a desenvolver

uma série de iniciativas, de forma a suprir esta discriminação. Na realidade, foram sistematicamente abordadas estas matérias em todas as revisões do Estatuto da Carreira Docente, desde a sua criação, em 2007, mesmo quando o regime especial de aposentação ainda não tinha sido extinto e ainda existia um regime transitório.

Um combate de uma década

A luta desta estrutura sindical e dos docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico em torno da uniformização de horários de trabalho e do acesso às reduções da componente letiva, nas mesmas condições dos outros ciclos e níveis de ensino, tem cerca de uma década, com momentos de maior ou menor intensidade, em função das respetivas conjunturas. A petição observa noutra passagem: "Durante o processo de negociação das últimas alterações ao Estatuto da Carreira Docente Regional, que ocorreram durante o ano letivo 2014/2015, foi forte a convicção da Direção do SPRA de que se conseguiria,

pelo menos, sobre esta matéria, uniformizar as reduções da componente letiva para todos os ciclos e níveis de ensino, até porque a prática das escolas apontava para o fim da monodocência, uma vez que os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico tinham, no mínimo, três professores, o titular, o de Educação Física e o de Inglês."

E recorda: "Na altura, o Secretário Regional da Educação alicerçou a sua argumentação no benefício pedagógico e didático da monodocência, argumento que era contrariado pela própria prática das escolas, e pela impossibilidade jurídica de implementação da pluridocência na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico, uma vez que a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) aponta a lecionação deste nível/ciclo de ensino em regime de monodocência."

A petição lançada pelo SPRA observa ainda: "Também a prática corrente, acentuada pela implementação do regime de flexibilidade curricular/nova matriz curricular, contradiz a argumentação do titular da pasta da educação e a própria LBSE, que considera a pluridocência apenas como coadjuvação do docente titular. "Podemos concluir que as limitações impostas pela LBSE são apenas um entrave para a reposição da justiça aos docentes deste ciclo/nível de ensino e

O Primeiro Ministro, António Costa, em declarações na comunicação social, veio reconhecer a profunda injustiça de que são alvo os docentes deste nível/ciclo de ensino, por não terem acesso às reduções da componente letiva, nas mesmas condições que os outros.

não constitui qualquer impedimento para novas políticas educativas, que, em termos práticos, extinguem a monodocência sem o admitirem no plano formal; lê-se noutra passagem.

Outra discriminação

Por último, uma referência a outra discriminação de que são alvo estes docentes e que se prende com as tarefas de titular de turma destes docentes, que são similares às da direção de turma dos docentes dos restantes ciclos e níveis de ensino. Contrariamente aos docentes dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, a quem é devida, pelo desempenho destas funções, uma redução da sua componente letiva ou uma gratificação, os da Educação Pré-Escolar e do 1.º CEB não têm direito a qualquer uma delas.

“Face ao exposto, os peticionários vêm exigir o fim da discriminação entre ciclos e níveis de ensino, de forma a que os educadores e docentes do 1.º CEB possam ter:

- Horários base de 22 tempos letivos;
- Acesso, nas mesmas condições, às reduções da componente letiva por idade e antiguidade;
- Redução da componente letiva ou gratificação pela titularidade da turma.”

Recortes de jornais

Diário Insular



Diário das Acores

Sindicato quer igualdade de horários para professores do 1.º ciclo e pré-escolar

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) entregou uma moção na Secretária Regional da Educação onde volta a reivindicar a igualdade de horários e de reduções por antiguidade para os docentes do 1.º ciclo e da educação pré-escolar.

António Lucas, Presidente do Sindicato, refere que “os docentes do 1.º ciclo e de educação pré-escolar devem fazer horários iguais aos do 2.º e 3.º ciclos e secundário, e terem as reduções por antiguidade nos mesmos termos”.

A entrega do documento, acompanhada por cantares e gritos de ordem de um grupo de docentes à porta do edifício, decorreu após um plenário sindical, no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, que juntou centenas de professores.

Segundo o dirigente sindical, enquanto os docentes do 2.º e 3.º ciclos e do secundário têm reduções por antiguidade a partir dos 50 anos de idade (duas horas aos 50, quatro horas aos 55 e oito horas aos 60), no pré-escolar

só acontece aos 60 anos (oito horas).

O SPRA reivindica igualdade de tratamento desde 2010, mas agora alega que há condições para que o executivo açoriano mude de posição.

“O que é que mudou para nós voltarmos à carga com isto: o facto de ter sido implementada na Região a gestão flexível do currículo e a autonomia e, em segundo lugar, o facto de o actual primeiro-ministro, enquanto anterior primeiro-ministro, em vésperas de eleições, ter dito que era uma injustiça os professores da educação pré-escolar e do 1.º ciclo não terem reduções nos mesmos termos em que tinham os outros”, explicou.

António Lucas disse esperar que a alteração do Estatuto da Carreira Docente ocorra na Região “o mais depressa possível” e ainda a tempo de ser implementada no arranque do próximo ano lectivo, alegando que é “previsível” que “em breve”, no continente português, “os professores da educação

pré-escolar e do 1.º ciclo venham a ter as reduções da componente lectiva nos mesmos termos em que têm os restantes colegas dos outros ciclos e níveis de ensino”.

Por outro lado, defendeu que os argumentos que foram usados pelo Executivo açoriano no âmbito da negociação do estatuto, em 2015, “neste momento, já não têm validade”. “O primeiro era a impossibilidade jurídica, uma vez que a Lei de Bases do Sistema Educativo diz que a educação pré-escolar e o 1.º ciclo são leccionados em monodocência e o segundo era uma convicção muito própria do senhor secretário de que a monodocência do ponto de vista pedagógico e didáctico seria a melhor forma de leccionação”, apontou o dirigente sindical, alegando que com a gestão flexível do currículo “há turmas que têm até quatro e cinco professores”.

O SPRA vai entregar uma petição sobre o mesmo assunto que “já tem 1.700 assinaturas”, no próximo dia 19,



António Lucas, Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Açoreano Oriental

Sindicato quer horários iguais para docentes do 1.º ciclo e pré-escolar

Sindicato dos Professores da Região Açores entregou moção onde reivindica a igualdade de horários e reduções no 1.º ciclo e pré-escolar

LUSA Açoreano Oriental

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) voltou a reivindicar a igualdade de horários e de reduções por antiguidade para os docentes do 1.º ciclo e da educação pré-escolar, numa moção entregue na Secretaria Regional da Educação. "Os docentes do 1.º ciclo e de educação pré-escolar devem fazer horários iguais aos do 2.º e 3.º ciclos secundário, e terem as reduções por antiguidade nos mesmos termos", adiantou o presidente do SPRA, António Lucas. O sindicalista falava à porta da Secretaria Regional da Educação e Cultura, em Angra do Heroísmo, na Terceira, onde entregou na segunda-feira uma moção que reivindicava esta posição, mas não foi recebido pelo secretário regional, que se encontrava fora da ilha.

A entrega do documento, acompanhada por cartazes e gritos de ordem de um grupo de docentes à porta do edifício, decorreu após um plenário sindical que juntou centenas de professores. Segundo António Lucas, enquanto os docentes do 2.º e 3.º ciclos do secundário têm reduções por antiguidade a partir dos 50 anos (duas horas aos 50, quatro horas aos 55 e oito horas aos 60), no pré-escolar isso acontece aos 60 anos (oito horas). O SPRA reivindica igualdade de tratamento desde 2010, mas agora alega que há condições que o executivo açoriano muda de posição. "O que é que mudou para nós voltarmos à carga com isto: o facto de ter sido implementada na região a gestão flexível do currículo e a autonomia e, em segundo lugar, o facto de o atual

primeiro-ministro, enquanto anterior primeiro-ministro, em vésperas de eleições, ter dito que era uma injustiça os professores da educação pré-escolar e do 1.º ciclo não terem reduções nos mesmos termos em que tinham os outros", explicou. O sindicalista disse esperar que a alteração do Estatuto da Carreira Docente ocorra na região "o mais depressa possível" e ainda a tempo de ser implementada no arranque do próximo ano letivo, alegando que é "previsível" que "em breve", no continente português, "os professores da educação pré-escolar e do 1.º ciclo venham a ter as reduções da componente letiva nos mesmos termos em que têm os restantes colegas dos outros ciclos e níveis de ensino". Para o sindicato, os argumentos usados pelo executivo açoriano no âmbito da negociação do estatuto, em 2015, "neste momento, já não têm validade". "O primeiro era a impossibilidade jurídica, uma vez que a Lei de Bases do Sistema Educativo diz que a educação pré-escolar e o 1.º ciclo são lecionados em monodocência e o segundo em uma compartimentação própria do seu carácter pedagógico e didático", apontou o dirigente sindical, alegando que com a gestão flexível do currículo "há turmas que têm até quatro e cinco professores". O SPRA vai entregar uma petição sobre o mesmo assunto que "já tem 1700 assinaturas", no próximo dia 19, à presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



Após um plenário sindical, docentes concentraram-se à porta da Secretaria, onde foi entregue moção

Correio dos Açores

Sindicato reivindica horários iguais para professores do 1.º ciclo e pré-escolar nos Açores

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) voltou a reivindicar a igualdade de horários e de reduções por antiguidade para os docentes do 1.º ciclo e de educação pré-escolar, numa moção entregue na Secretaria Regional da Educação. "O que não consideramos é que os docentes do 1.º ciclo e de educação pré-escolar devem fazer horários iguais aos do 2.º e 3.º ciclos e secundário, e terem as reduções por antiguidade nos mesmos termos", adiantou aos jornalistas o presidente do SPRA, António Lucas.

A entrega do documento, acompanhada por cartazes e gritos de ordem de um grupo de docentes à porta do edifício, decorreu após um plenário sindical, no Centro Cultural e do Congresso de Angra do Heroísmo, esse mesmo dia, onde se encontrava o secretário regional da Educação. Segundo António Lucas, enquanto os docentes do 2.º e 3.º ciclos e do secundário têm reduções por antiguidade a partir dos 50 anos (duas horas aos 50, quatro horas aos 55 e oito horas aos 60), no pré-escolar isso só acontece aos 60 anos (oito horas).

O SPRA reivindica igualdade de tratamento desde 2010, mas agora alega que há condições que o Executivo açoriano muda de posição. "O que é que mudou para nós voltarmos à carga com isto: o facto de ter sido implementada na

região a gestão flexível do currículo e a autonomia e, em segundo lugar, o facto de o atual primeiro-ministro, enquanto anterior primeiro-ministro, em vésperas de eleições, ter dito que era uma injustiça os professores da educação pré-escolar e do 1.º ciclo não terem reduções nos mesmos termos em que tinham os outros", explicou. O sindicalista disse esperar que a alteração do Estatuto da Carreira Docente ocorra na Região "o mais depressa possível" e ainda a tempo de ser implementada no arranque do próximo ano letivo, alegando que é "previsível" que "em breve", no continente português, "os professores da educação pré-escolar e do 1.º ciclo venham a ter as reduções da componente letiva nos mesmos termos em que têm os restantes colegas dos outros ciclos e níveis de ensino". Para o atual diretor, que se encontra fora da ilha, o facto de o atual primeiro-ministro, enquanto anterior primeiro-ministro, em vésperas de eleições, ter dito que era uma injustiça os professores da educação pré-escolar e do 1.º ciclo não terem reduções nos mesmos termos em que tinham os outros, explicou. O sindicalista disse esperar que a alteração do Estatuto da Carreira Docente ocorra na Região "o mais depressa possível" e ainda a tempo de ser implementada no arranque do próximo ano letivo, alegando que é "previsível" que "em breve", no continente português, "os professores da educação pré-escolar e do 1.º ciclo venham a ter as reduções da componente letiva nos mesmos termos em que têm os restantes colegas dos outros ciclos e níveis de ensino".

Diário Insular

DIÁRIO INSULAR 11/09/2020
REGIÃO 1251

SPRA reivindica igualdade de horários para docentes do 1º ciclo e pré-escolar

ENQUANTO OS RESTANTES DOCENTES TÊM REDUÇÕES POR ANTIGUIDADE A PARTIR DOS 50 ANOS, OS DO 1.º CICLO E PRÉ-ESCOLAR SÓ BENEFICIAM DESTA MEDIDA AOS 60.

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) voltou a reivindicar a igualdade de horários e de reduções por antiguidade para os docentes do 1.º ciclo e da educação pré-escolar, numa moção entregue, ontem, na secretaria regional da Educação. "O que não consideramos é que os docentes do 1.º ciclo e de educação pré-escolar devem fazer horários iguais aos do 2.º e 3.º ciclos e secundário, e terem as reduções por antiguidade nos mesmos termos", adiantou aos jornalistas o presidente do SPRA, António Lucas. O sindicalista falou à porta da secretaria regional da Educação e Cultura, em Angra do Heroísmo, na Terceira, onde entregou na segunda-feira uma moção que reivindicava esta posição, mas não foi recebido pelo secretário regional, que se encontrava fora da ilha. A entrega do documento, acompanhada por cartazes e gritos de ordem de um grupo de docentes à porta do edifício, decorreu após um plenário sindical, no Centro Cultural e do Congresso de Angra do Heroísmo, esse mesmo dia, onde se encontrava o secretário regional da Educação. Segundo António Lucas, enquanto os docentes do 2.º e 3.º ciclos e do secundário têm reduções por antiguidade a partir dos 50 anos (duas horas aos 50, quatro horas aos 55 e oito horas aos 60), no pré-escolar isso só acontece aos 60 anos (oito horas). O SPRA reivindica igualdade de tratamento desde 2010, mas agora alega que há condições que o Executivo açoriano muda de posição. "O que é que mudou para nós voltarmos à carga com isto: o facto de ter sido implementada na região a gestão flexível do currículo e a autonomia e, em segundo lugar, o facto de o atual primeiro-ministro, enquanto anterior primeiro-ministro, em vésperas de eleições, ter dito que era uma injustiça os professores da educação pré-escolar e do 1.º ciclo não terem reduções nos mesmos termos em que tinham os outros", explicou. O sindicalista disse esperar que a alteração do Estatuto da Carreira Docente ocorra na Região "o mais depressa possível" e ainda a tempo de ser implementada no arranque do próximo ano letivo, alegando que é "previsível" que "em breve", no continente português, "os professores da educação pré-escolar e do 1.º ciclo venham a ter as reduções da componente letiva nos mesmos termos em que têm os restantes colegas dos outros ciclos e níveis de ensino". Para o atual diretor, que se encontra fora da ilha, o facto de o atual primeiro-ministro, enquanto anterior primeiro-ministro, em vésperas de eleições, ter dito que era uma injustiça os professores da educação pré-escolar e do 1.º ciclo não terem reduções nos mesmos termos em que tinham os outros, explicou. O sindicalista disse esperar que a alteração do Estatuto da Carreira Docente ocorra na Região "o mais depressa possível" e ainda a tempo de ser implementada no arranque do próximo ano letivo, alegando que é "previsível" que "em breve", no continente português, "os professores da educação pré-escolar e do 1.º ciclo venham a ter as reduções da componente letiva nos mesmos termos em que têm os restantes colegas dos outros ciclos e níveis de ensino".

No período do confinamento
SPRA sempre a intervir e a acompanhar o setor e os seus profissionais



Reunião da Direção do SPRA faz o ponto da situação:

Passadas duas semanas do início do terceiro período letivo e em que, na primeira semana, os docentes tiveram que conjugar os esforços de realização dos Conselhos de Turma com o arranque da lecionação de novos conteúdos e, simultaneamente, reconstituir a relação e unidade do grupo turma/turmas, esperava-se que a segunda semana pudesse decorrer com maior normalidade e se estabilizassem as relações de ensino aprendizagem, no atual contexto de ensino a distância. Na sequência da realização da Reunião da Direção do Sindicato dos Professores da Região Açores (por videoconferência) do

dia 24 de abril, foi feito o balanço das últimas duas semanas de ensino a distância, tendo em conta as medidas implementadas pela Secretaria Regional da Educação e Cultura. Durante a referida reunião, com a presença de dirigentes de todas as ilhas do arquipélago, foi possível construir um quadro dos problemas que, na altura, afetavam a implementação do regime de ensino a distância na Região: Quanto ao acesso de alunos a equipamentos para a realização do processo ensino aprendizagem a distância, foi possível perceber que o inquérito realizado aos alunos e famílias sobre os equipamentos disponíveis nos lares não permitiu um conhecimento objetivo das situações, uma vez que o referido inquérito não permitia saber quantos utilizadores



Mais segurança para 400 docentes

Assim, o Sindicato dos Professores da Região Açores, além de registar a resposta, por parte do Governo, ao desafio que lançou em 2016, que permitira, a mais de 400 docentes, encarar a sua vida profissional com melhor segurança, chama a atenção para outras situações que carecem de resposta urgente.

Aponta o SPRA: “Novas exigências se impõem, decorrentes, entre outras, do facto de um elevado número de docentes, há muito retidos pelo agravamento sistemático das condições de aposentação, estar, finalmente, a reunir os requisitos para se aposentar, pelo que o processo de abertura de vagas, nos concursos ordinários, como o SPRA sempre tem defendido, ao longo dos anos, deve manter-se e aprofundar-se, para, por um lado, dar continuidade ao combate à precariedade e, por outro, dar resposta aos novos desafios e necessidades do Sistema Educativo Regional.”

também, a reivindicação do Sindicato, “aquando da negociação das alterações do diploma de concursos, em 2017, de incluir as reduções da componente letiva por idade e antiguidade no apuramento de vagas correspondentes a necessidades permanentes do sistema educativo regional.” ●

Concursos 2020-2021

Trabalho sindical dá frutos

O anúncio do Presidente do Governo Regional de abrir cento e trinta e cinco vagas de quadro resulta, essencialmente, do trabalho político-sindical desenvolvido pelo Sindicato dos Professores da Região Açores, destaca uma nota do SPRA.

Lembrando que logo “no início da legislatura, esta estrutura sindical lançou o desafio ao Governo de abrir, durante os quatro anos deste mandato, pelo menos, quatrocentas vagas para ingresso nos

quadros”, o Sindicato observa: “No âmbito do combate à precariedade e da garantia do ingresso num quadro dimensionado à realidade regional - o quadro de unidade orgânica - foi cumprido o desiderato da segurança no emprego e do direito ao ingresso na carreira para mais de quatro centenas de docentes, o que corresponde a cerca de 8% dos docentes do quadro.”

Noutra passagem, é também recordada a ação desenvolvida pelo SPRA: para o apuramento daqueles números, contribuiu,

existiam para o mesmo equipamento, nem se havia pais ou encarregados de educação em teletrabalho. Ressalvamos, no entanto, o esforço da tutela e de outras instituições para que a totalidade das famílias pudesse ter um equipamento em casa – apesar de esse objetivo não estar, à data, cumprido;

Na recolha de informação, por parte da tutela, relativamente aos equipamentos informáticos, não houve a preocupação de procurar saber se os docentes tinham as condições para o teletrabalho, tendo o inquérito acima referido sido dirigido apenas aos alunos e encarregados de educação;

Outro problema suscitado de forma transversal a todas as ilhas prende-se com o acesso às várias plataformas disponíveis

e com as diretrizes contraditórias, sobre esta matéria, por parte da Direção Regional da Educação, nomeadamente, sobre a utilização da plataforma Teams. Neste âmbito, ficou também clara a incapacidade de equipamentos como tablets e smartphones acederem à plataforma SGE da DRE, bem como outras dificuldades de acesso à mesma plataforma por parte de docentes, encarregados de educação e alunos. É frequente verificar-se que os docentes não conseguem trabalhar no SGE, tornando-o ineficaz enquanto plataforma educativa, por não conseguir dar resposta aos pedidos de acesso e de utilização das suas funcionalidades;

Nesta fase de adaptação a um novo paradigma de ensino - a distância -, os docentes têm sido chamados a um

5 Regional

Covid-19

Professores criticam “confusão” do início do terceiro período

Sindicato dos Professores da Região Açores considera que a Secretaria Regional de Educação não tem sido transparente e clara no processo de comunicação.

DO SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES

Falhas no ensino à distância “parcialmente” resolvidas



Após o dia 27 e 28 de maio dos exames de diagnóstico do ensino secundário, que teve repercussão na região, a SPRA pede que sejam “tomadas decisões para os exames, para que se possa determinar e avaliar quais os alunos que tiveram mais dificuldades”. A comissão sindical considera que “os exames organizados em formato de testes e de provas práticas, para que existam os mesmos critérios de avaliação em todas as regiões, para que não se verifique...

Em nome da Direção do Sindicato dos Professores da Região Açores, António Lucas dirigiu uma saudação “a todos os docentes que nestes tempos difíceis desempenham trabalho docente a distância, presencial ou misto e que contribuíram para a valorização da profissão e para o reconhecimento social do trabalho na Escola Pública.”

O Presidente do SPRA saudou:

- A gestão que têm conseguido fazer da vida familiar, em confinamento, com as solicitações dos alunos e das famílias, das muitas diretrizes das escolas e da Direção Regional da Educação e, sobretudo, com a rapidez com que se adaptaram a novos métodos e paradigmas de trabalho.
- Todos os que se esforçaram e esforçam para garantir equidade no processo ensino aprendizagem e que, dentro do possível, não

deixaram alunos para trás, salvaguardando um dos principais desideratos da Escola Pública: garantir a igualdade de tratamento e minimizar as injustiças.

- Os que retomam as aulas presenciais, com os justificados receios e incertezas, mas com a firmeza do dever cumprido para com os seus alunos.
- Os que fizeram os testes e que assim contribuíram para o controle da pandemia, mas, sobretudo, contribuíram para que se caminhe, concomitantemente, para um estado de normalidade e de confiança social, tão importante para o funcionamento da sociedade e da economia.

“Quanto a nós, sabem que podem sempre contar com o Sindicato dos Professores da Região Açores, um Sindicato que luta, intransigentemente, pela valorização da nossa profissão e da Escola Pública”, realça António Lucas. ●

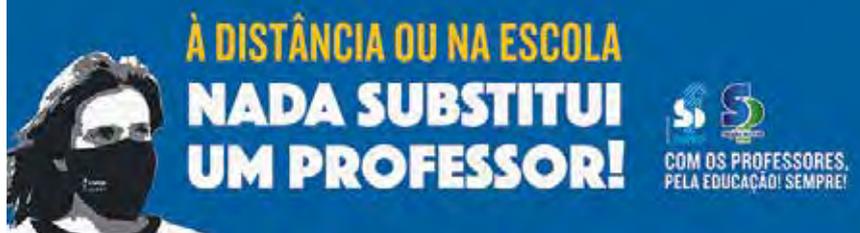


Calendário escolar 2020/2021

A Direção do SPRA divulgou em meados de julho um parecer sobre o projeto de portaria que aprova o calendário escolar 2020-2021, “instrumento essencial para a organização e planificação do processo ensino aprendizagem”.

A sua influência manifesta-se, também, no plano organizacional das unidades orgânicas na construção e adaptação do projeto educativo, dos projetos curriculares e do plano anual de atividades. É, ainda, acrescenta o SPRA, um instrumento orientador da atividade docente nas suas várias componentes de atividade.

Embora reconhecendo que os atrasos na publicação do referido calendário não são exclusivamente da tutela regional, o SPRA considera que as Administrações Regionais Autónomas e o Ministério da Educação deveriam envidar esforços para que os respetivos calendários escolares pudessem ser publicados no final de junho



esforço suplementar, que, em inúmeros casos, tem levado a um estado muito próximo da exaustão, não só decorrente das dificuldades acima referidas, mas também pela multiplicação de tarefas e pelas solicitações que vão muito para além do horário de trabalho. Pelas informações recolhidas, os Diretores e Titulares de Turma estão ainda mais sobrecarregados, até pelo facto de serem estes docentes que têm contactos mais privilegiados com as famílias e de fazerem as pontes com os outros docentes da turma. O serviço exigido aos docentes está, assim, a obrigá-los a cumprir horários muito acima do legalmente estabelecido, com uma pressão e um ritmo muitas vezes desumano, para conseguirem dar resposta à necessária adaptação à nova realidade,

tendo, para o efeito, também de gerir as orientações da DRE, que chegam a toda a hora. Acresce que os equipamentos que os docentes estão a usar são os seus, nomeadamente telemóveis, nos contactos com os Encarregados de Educação e com os alunos;

É de realçar, pela negativa, o facto de muitos agregados familiares apresentarem um desgaste acrescido, uma vez que aqueles que têm crianças vêem-se confrontados com a impossibilidade de uma verdadeira conciliação do trabalho docente com a vida familiar. É urgente permitir que os docentes possam recorrer à assistência a filhos decorrente do encerramento dos estabelecimentos de ensino, creches e ATL, no âmbito da pandemia Covid 19, adaptando a legislação que os impede de

aceder a essa possibilidade, pelo facto de estarem em teletrabalho;

Quanto ao pessoal docente que trabalha em IPSS, em muitas situações, não está a ter o devido apoio, quer das direções das instituições, quer da tutela, para que possam levar a cabo o teletrabalho nas melhores condições possíveis, entre outros problemas;

A resposta que o sistema educativo está a dar deve-se muito ao empenho e ao trabalho dos docentes, em geral, e dos Diretores de Turma e Titulares de Turma, em particular, bem como aos membros dos órgãos de gestão;

Havendo muitos outros problemas a apresentar, estes foram os apontados como mais urgentes. É, assim, justo exigir-se que sejam dadas respostas a estes e a

ou, no limite, na primeira semana de julho.

Quanto à presente proposta, “consideramo-la respeitante dos tempos de pausa letiva, tão necessários para docentes e alunos. Contudo, a recorrente diferença entre o calendário letivo da Educação Pré-Escolar e o do 1.º Ciclo do Ensino Básico, relativamente aos restantes ciclos deste nível de ensino, continua a não fazer sentido.”

A este propósito, e atendendo a que a desigualdade se mantém, reiteramos aquela que é a posição do Sindicato dos Professores da Região Açores em relação a esta matéria, citando abaixo o nosso parecer sobre o calendário escolar para 2019/2020:

“Não se compreende a persistência nesta diferenciação, uma vez que só sobrecarrega professores e alunos. Educadores e Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico têm já uma carga letiva superior comparativamente aos outros ciclos. No caso dos alunos, é sobejamente conhecido que a carga horária aplicada em Portugal se situa acima da que é praticada no conjunto dos países da OCDE. Acresce referir que os alunos do 1.º Ciclo, à semelhança dos outros ciclos do ensino básico, também realizam provas de aferição.”

O SPRA considera, ainda, que o fim do 1.º período letivo, no dia 18 de dezembro, poderá, nas ilhas mais periféricas e com maiores dificuldades de ligações aéreas, pôr em causa o regresso de docentes ao seio familiar, no período de Natal, pelo que sugerimos a sua antecipação para o dia 16. ●



Delegação da FENPROF no M.E.

Entregues mais de 3 mil postais e um documento reivindicativo de professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico

A FENPROF entregou no passado dia 21 de julho, no Ministério da Educação, em Lisboa, mais de três mil postais e um documento sobre o exercício da profissão docente no 1.º Ciclo do Ensino Básico, que inclui, entre outros aspetos, preocupações com o retorno às aulas em setembro. O documento aborda, ainda, as condições de trabalho dos docentes deste nível de ensino, relativamente aos quais o programa do Governo prevê, sem concretizar, criar condições para, nos últimos anos de atividade, exercerem

funções distintas das exercidas. Mário Nogueira lembrou que esta foi uma promessa eleitoral, que foi incluída, depois, no programa de governo, mas que, até hoje, não foi apresentada qualquer proposta e não foi tomada nenhuma medida concreta

Os postais, que relembram ao Governo a promessa feita, foram recolhidos nas escolas apenas nas duas primeiras semanas de março, imediatamente antes do encerramento, pelo que, em breve e à falta de respostas, os docentes deste setor de ensino prometem voltar ao ME, trazendo os muitos milhares de postais que ainda não foi possível recolher.

Em declarações aos jornalistas, o Secretário-geral da FENPROF insistiu, ainda, na necessidade de serem garantidas as condições de segurança nas escolas no início do próximo ano letivo, declarando que «os professores não vão ser “carne para covid”». ●

outros problemas já diagnosticados, mas não resolvidos.



É solicitado ao Sindicato dos Professores da Região Açores, pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, um parecer sobre o Roteiro da Região Autónoma dos Açores “CRITÉRIOS PARA UMA SAÍDA SEGURA DA PANDEMIA COVID-19”. A posição do SPRA é enviada a 27 de abril:

Salienta-se que, face aos conhecimentos científicos disponíveis, as diretrizes definidas pelo Governo Regional foram adequadas e proporcionais à realidade social, material (infraestruturas e recursos

humanos do Serviço Regional de Saúde) e arquipelágica da Região, aliás, as medidas só não foram mais eficazes, pela falta de concordância, por parte do governo da República, com as posições assumidas pelo Governo da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente, no que diz respeito ao fecho dos aeroportos regionais.

Quanto à proposta em apreço, o Sindicato dos Professores da Região Açores dá parecer positivo, admitindo que cada fase de desconfinamento e abertura socioeconómica terá em conta:

- O parecer positivo das autoridades de saúde regionais;
- O acesso gratuito e/ou a preços razoáveis a equipamentos de proteção por parte dos residentes de cada concelho, ilha ou grupo de ilhas;

A abertura de espaços públicos e privados condicionada à desinfeção prévia e regular após a abertura;

- O aumento do número de testes à população, tal como é recomendado pela O.M.S, concomitante com o processo de abertura;

- Caso se verifique o agravamento do surto epidemiológico, no entender do Sindicato dos Professores da Região Açores, deverão as decisões de abertura e de desconfinamento ser revertidas.

No setor da Educação, tendo em conta a (na altura) previsível abertura dos estabelecimentos de ensino, no dia 18 de maio, para os alunos que realizavam os exames nacionais dos 11.º e 12.º anos, consideramos imprescindível acautelar os seguintes aspetos:

AVISO À NAVEGAÇÃO

Pandemia não pode servir para suprimir e não efetivar direitos

Num tempo inesperado e para o qual ninguém estava preparado, os professores do 1.º Ciclo estiveram, também, comprometidos com os alunos e suas famílias, na busca das melhores respostas. Com crianças tão pequenas, esta tarefa foi muito exigente! Assistiu-se, por isso, com o E@D, a um agravamento significativo das suas condições de trabalho, quer ao nível dos horários, quer ao nível do volume de trabalho, perante inúmeras solicitações dos órgãos de gestão, alunos, encarregados de educação, reduzindo, drasticamente, o tempo pessoal, de descanso e de família.

Um dos exemplos que tem contribuído para o aumento da burocracia é a exigência do preenchimento de inúmeros documentos, boa parte perfeitamente dispensáveis, destinados, quase só, a exercer um controlo remoto dos professores, em mais uma manifestação de desconfiança sobre o seu empenhamento e profissionalismo.

Em relação ao próximo ano letivo, deverão ser criadas todas as condições para o retorno ao ensino presencial, também porque a distância cavou desigualdades profundas entre alunos, prejudicando gravemente a aprendizagem dos alunos.

Porém, seja qual for o regime que venha a ser adotado, imposto pela situação epidemiológica do país, não será admissível que continuem a ser desrespeitados direitos laborais essenciais, como o horário de trabalho, o acesso aos instrumentos e equipamentos de trabalho ou, ainda, o fornecimento dos equipamentos de proteção individual adequados.

A partir de setembro, o Ministério da Educação não pode continuar a desresponsabilizar-se e a não criar condições para que sejam, efetivamente, implementadas as necessárias medidas de reforço pedagógico, a par de outras de segurança sanitária, o que implica normas excecionais de organização das turmas e do trabalho a desenvolver, bem como um efetivo investimento na Educação. O que já foi anunciado pelo Ministério da Educação (imposto de forma autocrática) não responde a estas exigências. Do documento sobre o 1.º Ciclo do Ensino Básico entregue no passado dia 21 de julho, no Ministério da Educação, em Lisboa, por iniciativa da FENPROF. ●

Do documento sobre o 1.º Ciclo do Ensino Básico entregue no passado dia 21 de julho, no Ministério da Educação, em Lisboa, por iniciativa da FENPROF

- Redução do número de pessoas em sala de aula, o que significa a constituição de grupos pequenos, de 10 a 12 pessoas, no máximo, e com um distanciamento de, pelo menos, dois metros entre si;

- Existência de equipamentos de proteção para todos, designadamente máscaras, batas, luvas, viseiras e distribuição de gel desinfetante;

- Garantia de condições higiénicas e de desinfeção adequadas, tanto nas instalações sanitárias, como nos corredores e salas de aula;

- Resguardo dos docentes que, por idade ou situação clínica, integram grupos de risco, não podendo ser chamados ao trabalho presencial;

- Contratação de docentes, de forma a permitir o desdobramento de

turmas e também a substituição dos que tiverem de se manter confinados. Após a reabertura das aulas presenciais, caso se verifique o agravamento do surto epidemiológico, deverá essa decisão ser revertida. | *A Direção do SPRA*



SPRA dirige ofício, solicitando esclarecimentos, ao Secretário Regional da Educação e Cultura:

Tendo surgido inúmeras questões colocadas pelos associados desta estrutura sindical, relativas ao ensino presencial dos alunos do ensino secundário, e uma vez que não têm sido emanadas diretrizes pela Secretaria que V. Ex.ª tutela e as diretrizes



**Triénio
2020/2023**

ELEIÇÕES DOS CORPOS GERENTES DO SPRA*

ELEIÇÕES: 30 de outubro
Eleitores e elegíveis – sindicalizados
até 30 de setembro

1. Entrega das listas – até 3 de outubro
2. Constituição das Comissões Eleitorais – até 10 de outubro
3. Substituição nas Listas – até 20 de outubro
4. Campanha Eleitoral – de 15 a 27 de outubro
5. Comunicação dos Resultados Eleitorais – até 14 de novembro
6. Tomada de Posse – até 17 de novembro

*O Processo Eleitoral só se realizará mantendo-se o pressuposto de que o 1.º período e o presente ano letivo decorrerá em regime presencial.



Avaliação: reivindicações da FENPROF

É só muito perto do início do calendário de exames que os professores se confrontam com a manutenção (se não mesmo agravamento) de um quadro de abuso e sobrecarga que tem caracterizado a sua prestação de serviço no âmbito da avaliação externa, e que, no atual cenário, se reveste de um caráter especialmente preocupante.

Depois de reconhecido publicamente pelo ME o esforço suplementar dos professores para responder com qualidade e dedicação às exigências acrescidas do ensino em contexto pandémico, seria justo e expectável que essa situação de exaustão e

sobrecarga do corpo docente fosse tida em conta na conceção das normas que definem a prestação de trabalho dos professores no quadro dos exames nacionais. Não sobrecarregar os docentes com o processo de **avaliação externa** é não só do interesse daqueles, mas é, sobretudo, uma condição

fundamental para a qualidade do trabalho a desenvolver. A FENPROF continua a defender um conjunto de reivindicações específicas, no âmbito do trabalho de avaliação. Recordemos algumas:

- A revisão dos critérios de seleção dos professores classificadores, com indicações claras para todas as escolas seguirem os mesmos procedimentos, de modo a que o trabalho de classificação não recaia insistentemente sobre alguns, fomentando a rotatividade nessa função entre os professores de cada grupo disciplinar;
- O aumento do número de professores classificadores, através da igualdade e proporcionalidade de procedimentos, no recrutamento e seleção em todas as escolas;
- A fixação em 30 do número máximo de provas a distribuir a cada classificador e o aumento do tempo reservado para a realização das tarefas;
- O caráter absolutamente excepcional da atribuição de classificação de provas em mais de uma fase e em mais de uma componente de exame (oral ou escrita), na mesma fase;
- A fixação de critérios-base adequados e justos para a atribuição de dias de compensação, tendo em consideração o volume de trabalho distribuído a cada docente;
- O rigoroso cumprimento dos direitos dos professores classificadores pelas direções dos agrupamentos e escolas não agrupadas;
- O pagamento em prazo curto das ajudas de custo e das despesas de transporte que sejam devidas aos professores classificadores;
- A revisão do papel dos classificadores,

nadas pela DGEstE estariam corretas, porém, face a alguma confusão gerada por esta informação díspar, vimos solicitar a V. Ex.^a que sejam enviadas diretrizes para as escolas, de forma a que se possa determinar e conhecer quais os alunos que efetivamente irão ser abrangidos pelas aulas presenciais dos 11.º e 12.º anos de escolaridade e 2.º e 3.º anos dos cursos de dupla certificação do ensino secundário.

Tanto quanto nos foi possível apurar, o número de aulas presenciais das disciplinas do ensino secundário será decidido no âmbito da autonomia de cada Unidade Orgânica. Não tendo esta estrutura sindical qualquer objeção a esta orientação, consideramos, no entanto, que as Unidades Orgânicas devem ser dotadas de meios e recursos humanos, para que exista

um número mínimo de aulas presenciais das diversas disciplinas, para que não se verifiquem grandes discrepâncias na oferta de aulas entre as escolas, ou seja, para evitar que escolas que têm recursos ministrem a totalidade da carga horária semanal da disciplina e as que não têm recursos apenas ministrem metade da carga horária semanal das disciplinas.

Muitos dos nossos associados levantaram um problema que se prende com dificuldades na conciliação da vida familiar com a profissional, sentidas pelos docentes com filhos menores de 14 anos (ou com qualquer idade, quando apresentam necessidades especiais), que, estando em teletrabalho, é-lhes exigido acompanhar os seus filhos, mesmo com todas as dificuldades de gestão do tempo



dentro do processo supervisionado, com o respeito pela sua autoridade científica.

Igualmente expectável seria que a situação sanitária tivesse um reflexo muito visível nas disposições para organização do processo de exame, o que não acontece. Assim, mantém-se oportuna a reivindicação já apresentada à tutela pela FENPROF: a revisão das normas de realização, vigilância e classificação de provas orais e escritas, sob orientação das autoridades de saúde pública, por forma a reduzir ao máximo os riscos que decorrem do contacto interpessoal, mobilidade e exposição a material potencialmente contaminado.

Organização do próximo ano letivo

No novo ano letivo, as turmas serão constituídas sem qualquer redução do número de alunos, mesmo naquelas em que o distanciamento físico entre pessoas ditaria. Segundo o Ministério, a haver distanciamento, ele será de **1 metro e se possível**. Acresce a esta violação das normas ditadas pela Direcção-Geral da Saúde e aplicadas, recentemente, no ensino secundário, que, no 1.º Ciclo, os alunos deixarão de usar máscara, naturalmente incómoda, mas indispensável, ainda mais estando a verificar-se que o número de crianças infetadas com Covid-19 tem estado a aumentar.

Não se compreendem, nem se aceitam, as declarações do ministro em que este afirma que os professores com doenças integradas em grupo de risco ficarão dispensados de se apresentar nas escolas, onde estarão sujeitos a risco acrescido de contágio, **se possível**.

que daí têm surgido. Os docentes que têm atribuídas, simultaneamente, turmas que irão regressar ao regime presencial e turmas que se manterão em ensino a distância irão ser confrontados com um vazio legal no que diz respeito a esse acompanhamento aos seus filhos. Recorde-se que a legislação prevê o acesso à assistência aos filhos nestas condições, quando o trabalhador está em regime presencial, e impede esse acesso a quem está em teletrabalho, mas nunca previu o caso de regime misto, que agora irá acontecer. Na verdade, no período em que estiverem a lecionar em regime presencial, muitos desses docentes não têm qualquer solução para assistência aos filhos, vendo-se obrigados a deixá-los sem qualquer acompanhamento, o que não pode acontecer, como é compreensível. Face ao



O aumento do número de dias letivos não é a solução para superar os défices educativos, que se agravaram com o ensino a distância,

Perante estes anúncios e estas declarações, a FENPROF solicitou uma reunião à Diretora-Geral da Saúde, na qual pretende conhecer se a autoridade de saúde pública responsável pela segurança sanitária dos cidadãos portugueses assume aquelas orientações dadas às escolas e as declarações imprudentes e irresponsáveis do ministro da tutela.

Por último, relativamente ao calendário escolar para 2020/21, também ficaram

por conhecer os fundamentos para que tivesse sido decidido, sem consulta prévia, o prolongamento do ano letivo e a redução das pausas intermédias. O aumento do número de dias letivos não é a solução para superar os défices educativos, que se agravaram com o ensino a distância, sobretudo, quando em causa estão crianças que já são das que, no conjunto dos países da OCDE, têm anos letivos mais longos e maior carga horária semanal de atividades escolarizadas.

Entende a FENPROF que aquilo que falta ao 1.º Ciclo não são mais dias de aulas, mas mais e melhores apoios e recursos, melhores condições de trabalho, respeito pelos profissionais e seriedade política da parte dos governantes./ Lisboa, 21 de julho de 2020. | *O Secretariado Nacional da FENPROF.* ●

exposto, solicitamos a V. Ex.ª a resolução rápida desta situação não prevista pela lei e criadora de desigualdades, que poderá passar, em nosso entendimento, por permitir o acesso à assistência aos filhos nestas condições a quem leciona em regime misto, ou pela troca de turmas com docentes que não apresentam este condicionalismo.

Por último, uma situação que, para já, afeta as três ilhas sem casos de COVID-19 e com o regresso ao ensino presencial em todos os ciclos e níveis de ensino. Para estas ilhas, foram dadas instruções, pela DRE, de que os docentes de regresso a estas ilhas estão sujeitos a quarentena e, durante esse período, realizam ensino a distância, das suas disciplinas, dentro do seu horário de desconfinamento, estando os alunos na sala de aula monitorizados

por um docente de apoio. Esta medida contraria os procedimentos pedagógicos e didáticos do ensino a distância.



O Presidente do SPRA dirige uma saudação aos docentes da Região:

“Em nome da Direção do Sindicato dos Professores da Região Açores, saúdo todos os docentes que nestes tempos difíceis desempenham trabalho docente a distância, presencial ou misto e que contribuíram para a valorização da profissão e para o reconhecimento social do trabalho na Escola Pública.

“Saúdo a gestão que têm conseguido fazer da vida familiar, em confinamento, com

Rankings das escolas

Uma mentira de periodicidade anual

Mais de três meses depois do que tem sido hábito e no dia seguinte ao encerramento de um ano letivo que exigiu um grande esforço aos professores, foram divulgados os chamados *rankings* das escolas, que, como a FENPROF tem afirmado, constituem uma mentira de periodicidade anual, que os atuais governantes dizem desvalorizar, mas que continuam a viabilizar. Sobre esses *rankings*, a FENPROF, em nota de imprensa divulgada no passado dia 27 de junho, nada tem a acrescentar ao que sempre afirmou, assinalando, mais uma vez, que, essencialmente, eles se destinam a alimentar o negócio na educação, através da promoção do ensino privado, comparando o incomparável, numa concorrência desleal com o ensino público, de que alguns jornais se aproveitam, para ir buscar uns milhares de publicidade aos supostamente 'melhores' colégios privados.

Aproveita a FENPROF para, mais uma vez, saudar todos os professores e professoras que, apesar das difíceis condições de trabalho que existem nas escolas (horários, dimensão das turmas, falta de apoios adequados para os alunos, entre outras, a que este ano se juntou o ensino a distância, que exigiu esforços ainda maiores, sem que a tutela estivesse à altura do que se exigiu aos profissionais), não baixam os braços e

lutam, todos os dias, para que os alunos tenham sucesso, não apenas escolar, mas, principalmente, educativo.

Na tomada de posição da FENPROF, pode ler-se mais adiante:

- São estes professores e estas professoras que, num país que mantém um elevadíssimo índice de pobreza, neste momento agravado pelas razões que se conhecem, e que se tem confrontado com políticas educativas adversas à boa organização e funcionamento das escolas (que, por exemplo, este ano, e apesar do atraso que já se verifica, continuam sem se conhecer em relação a 2020/2021), têm conseguido aumentar as taxas de sucesso escolar, reduzido o abandono e desenvolvido projetos que vão ao encontro das necessidades dos alunos.

- São estes professores e estas professoras que merecem o louvor e continuam a orgulhar e a dar força

à sua maior e mais representativa organização sindical, a FENPROF; são estes professores que se mantêm no topo do *ranking* de confiança dos portugueses; mas são, também, estes mesmos professores e estas mesmas professoras que continuam a ser desrespeitados por um governo que lhes apaga anos de vida profissional, impede uma aposentação justa e faz vista grossa ao envelhecimento da profissão, que abusa da precariedade laboral e que sobrecarrega os tempos de trabalho, impondo horários que lhes extremam o desgaste físico, psíquico e psicológico.

Naquele dia de *rankings*, a FENPROF reafirmou que os professores e as professoras não desistirão e continuarão a lutar para serem respeitados, desde logo, pelo governo e por quem este escolheu para o ministério do setor. ●



as solicitações dos alunos e das famílias, das muitas diretrizes das escolas e da Direção Regional da Educação e, sobretudo, com a rapidez com que se adaptaram a novos métodos e paradigmas de trabalho.

“Saúdo todos os que se esforçaram e esforçam para garantir equidade no processo ensino aprendizagem e que, dentro do possível, não deixaram alunos para trás, salvaguardando um dos principais desideratos da Escola Pública: garantir a igualdade de tratamento e minimizar as injustiças.

“Saúdo os que retomam as aulas presenciais, com os justificados receios e incertezas, mas com a firmeza do dever cumprido para com os seus alunos.

“Saúdo os que fizeram os testes e que assim contribuíram para o controle da pandemia, mas, sobretudo, contribuíram

para que se caminhe, concomitantemente, para um estado de normalidade e de confiança social, tão importante para o funcionamento da sociedade e da economia.

“Quanto a nós, sabem que podem sempre contar com o Sindicato dos Professores da Região Açores, um Sindicato que luta, intransigentemente, pela valorização da nossa profissão e da Escola Pública.

“A todos um bem-haja!”

O Presidente do SPRA, António Lucas



O arranque do ano letivo 2020/2021 justifica uma tomada de posição da Direção do SPRA dirigida ao Secretário Regional da Educação e Cultura:

Considerando...

... as declarações públicas do Senhor Primeiro Ministro, do Ministro da Educação e do Senhor Diretor Regional da Educação, de que o próximo ano letivo poderá decorrer num sistema misto de aulas a distância e presenciais;

... a maior eficácia do ensino presencial no cumprimento dos objetivos e desafios que se colocam à escola pública, nomeadamente os inscritos na Lei de Bases do Sistema Educativo e demais legislação;

... que, como ficou demonstrado este ano, o ensino presencial é o que melhor serve o processo ensino-aprendizagem, nomeadamente, na aquisição, desenvolvimento e consolidação de competências, no cumprimento das Aprendizagens Essenciais e demais



Que relação existe entre estes números? FENPROF explica...

A vinculação, confirmada recentemente, de 872 docentes significa deixar em precariedade mais de 22.000 professores com 3 ou mais anos de serviço, dos quais mais de 1500 já trabalham há mais de 20 anos...

O resultado do concurso externo divulgado no passado mês de julho, pelo Ministério da Educação, confirma que **apenas vincularam 872 docentes. É um número absolutamente insuficiente face às reais necessidades das escolas e para combater o sistémico abuso no recurso à contratação a termo.** É um número que fica muito aquém dos 2010 docentes que se aposentaram em 2019 e no primeiro semestre de 2020, alerta a FENPROF.

Importa recordar que, em 16 de agosto de 2019, para o ano escolar que terminou, foram colocados 8670 docentes (colocações de 1 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020), através dos mecanismos de renovação de

contrato e de contratação inicial, o que significa que **as vagas agora postas a concurso são, apenas, 9% daquelas necessidades, que, na maior parte dos casos, correspondem a necessidades permanentes das escolas.**

A ditadura da precariedade...

A FENPROF lembra, ainda, que, após a publicação destas listas definitivas, **continuarão em precariedade mais de 22 mil docentes com 3 ou mais anos de serviço, acima de 10 mil contratados com mais de 10 anos, 4 mil com mais de 15 e, até, 1500 que mantêm vínculos precários há mais de 20 anos.** Ou seja, o Ministério da Educação continua a impor a precariedade

como meio para responder a necessidades permanentes das escolas.

De forma determinada e com luta, a FENPROF continuará a exigir a vinculação de todos os docentes com 3 ou mais anos de serviço, recusando a não aplicação, aos professores e educadores, das normas aplicáveis no setor privado e que, por diretiva comunitária, se deveriam aplicar.

Esta é uma luta que tem de prosseguir e alargar-se, já que, manifestamente, o combate decidido à precariedade na profissão docente continua a não caber nas opções políticas do Governo. E esse combate é fundamental para o futuro da profissão e da Escola Pública em Portugal, conclui o Secretariado Nacional da FENPROF. ●

orientações, e na transmissão de conhecimentos;

... que a manutenção dos dois sistemas não permite o efetivo ato pedagógico-didático, nomeadamente a partilha comunicacional, fundamental para o sucesso educativo, e que acentua as diferenças sociais e o absentismo escolar, em consequência das características do ensino a distância;

... que um dos efeitos sociais da pandemia é o empobrecimento de numerosas famílias e a necessidade premente de manter o serviço de refeições disponibilizado pela escola pública;

... que a realidade insular, arquipelágica e ultraperiférica da Região facilitou a circunscrição do contágio, sobretudo através da identificação das cadeias de contágio e

da limitação das deslocações entre ilhas e com o exterior, mostrando, também no combate ao Sars-CoV-2, que o exercício dos poderes autonómicos têm enorme vantagem;

... que existe, neste momento, um número muito reduzido de cadeias de transmissão, bem identificadas e circunscritas, estando a evolução da doença, na Região, a caminhar para o desaparecimento total e progressivo de casos ativos, e que a estratégia de combate ao vírus através da eliminação da transmissão comunitária se demonstrou possível e de grande eficácia;

... que a realidade geográfica da Região, ligada a essa estratégia, torna possível responder, rápida e eficazmente, a qualquer foco de transmissão da doença, tomando

localmente todas as medidas que forem necessárias nesse momento, mas sem afetar a totalidade da Região;

- Vimos solicitar ao Governo da Região Autónoma dos Açores, na pessoa de V. Ex.^a, que se pronuncie sobre as opções governamentais nesta matéria de início do próximo ano letivo.

*Com os melhores cumprimentos,
O Presidente do SPRA*



Questionário da FENPROF:

Professores assinalam aumento das desigualdades e cansaço extremo

A FENPROF pretendeu saber a opinião dos professores sobre o teletrabalho ou, usando a designação oficial, o ensino a distância, para o qual os publicitários encontraram a sigla E@D, tentando passar uma ideia de modernidade, quiçá, a Educação do admirável mundo novo, que teria agora a oportunidade de se revelar. O documento foi divulgado na íntegra num caderno especial na edição de julho do JF.

As respostas dos professores não deixam dúvidas, com a opinião maioritária a resumir-se numa afirmação que se poderá tornar icónica: *O ensino não é isto, nem nada que se pareça!*

Apesar disso, os professores, como sempre, foram solidários com os alunos

e colocaram ao seu serviço as casas, o computador, a Internet, o telemóvel e, até, a sua privacidade. Fizeram-no porque, desde cedo, perceberam que a tutela não estava a fazer a sua parte. Não a de emitir ordens, orientações, circulares, disposições, plataformas ou aplicações, pois essas jorraram em cascata, mas a

de, atempadamente, criar condições efetivas para o que designou por E@D. Deixou cada um à sua sorte e todos por sua conta.

Nas respostas abertas, há dois tópicos que os professores destacam:

- **A desigualdade entre os alunos**, que se agravou, em alguns casos, perigosamente. Assinalam, como principais razões, a falta de apoios, que, para alguns, são absolutamente indispensáveis e, também, as questões de ordem social que, já tendo contornos graves, se tornaram ainda mais problemáticas, com dois milhões de trabalhadores a ficarem em layoff ou no desemprego. Esta situação tem forte repercussão no funcionamento das famílias, designadamente, no acompanhamento dos filhos;

- **O desgaste dos professores**, que manifestam enorme cansaço, decorre de diversos fatores, que vão da necessidade de adaptação a um modelo inédito de atividade até ao facto de ser bastante mais complicado, estando distante, acompanhar todos os alunos e satisfazer as necessidades educativas específicas de cada um; contribui, ainda, para este desgaste o facto de a atividade profissional ter tomado conta de todas as horas do dia e, ao invadir a casa de cada

professor, dificultar a sua indispensável e saudável separação da vida familiar.

Confirma-se que, a meio do terceiro período letivo, mais de metade dos docentes ainda não tinha conseguido contactar com todos os seus alunos; apesar disso, mais de dois terços avançaram novos conteúdos curriculares, impelidos que foram pelas direções de algumas escolas e pelo ministério da Educação; porém, de entre esses docentes, é significativo o número dos que afirmaram não considerar esses conteúdos na avaliação dos seus alunos. Conscientes dos défices que se verificaram no final do presente ano letivo, os professores consideram

inevitável, em 2020-2021, tê-los em conta, tentar superá-los e reforçar os apoios pedagógicos aos alunos.

O próximo ano letivo, pelo menos no início, continuará condicionado por medidas de segurança sanitária, com implicação na constituição de turmas, no resguardo de doentes de risco, nos horários dos professores, na higienização de instalações, nas condições de trabalho e de segurança de toda a comunidade escolar, entre outros aspetos que terão de ser considerados nos diplomas relativos à constituição de turmas e à organização do ano letivo 2020-2021. ●

Por razões de saúde pública, as escolas encerraram e, de um dia para o outro, a comunidade escolar foi envolvida no designado ensino a distância (E@D); a FENPROF deu voz aos professores para se pronunciarem sobre o ensino em teletrabalho e estes não ficaram pelas meias palavras.



Como garantir um desenvolvimento integrado e territorialmente coeso?

CGTP-IN aponta caminhos

O SPRA esteve representado por Luísa Cordeiro, por videoconferência, no Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN, realizado no passado dia 10 de julho, no cinema São Jorge, em Lisboa.

O órgão máximo da Central unitária entre Congressos aprovou uma resolução em que destaca a dado passo: “É na defesa do emprego, no aumento dos salários, na valorização dos trabalhadores e do trabalho que reside a questão central para uma política soberana de relançamento económico, socialmente mais justa, sustentável no plano ambiental e diversificada quanto ao perfil produtivo que tem de integrar actividades de maior

valor acrescentado.”

Para a Intersindical, «é no reforço da intervenção do Estado, tanto na esfera dos serviços públicos e funções sociais, como na da recuperação do controlo de empresas e sectores estratégicos e dos instrumentos de política pública – monetária e orçamental – que reside a garantia de um desenvolvimento integrado e territorialmente coeso.”

A Central realça a necessidade de um reforço da intervenção do Estado, com mais recursos financeiros oriundos de uma efectiva taxação dos rendimentos do capital, que continuam a ser drenados para paraísos fiscais, sem pagar quaisquer impostos em Portugal. Taxar os dividendos

distribuídos pelas grandes empresas teria um impacto imediato no aumento da receita em mais de 3,7 mil milhões de euros, observa a Inter.

Acabar com a impunidade de que gozam os rendimentos do grande capital

A propósito, a resolução do plenário nacional aponta números significativos:

“A tributação da riqueza transferida do país para os paraísos fiscais, à taxa legal em vigor de 35%, garantiria uma verba de mais de 18 mil milhões de euros, superior, por exemplo, ao previsto pacote de “ajuda” da UE de 15 mil milhões, sendo que, naquele caso, a única condicionalidade seria a de acabar com a impunidade de que gozam os rendimentos do grande capital e o cumprimento de preceitos constitucionais.”

E lembra: “O Governo pode ainda aplicar uma taxa sobre as transacções financeiras, tal como a CGTP-IN há muito reclama. Os impostos devem aplicar-se atendendo aos princípios de igualdade e da progressividade, de forma a que todos contribuam de acordo com a sua capacidade económica.”

A robustez e o aumento dos meios financeiros do Estado para intervir mais e melhor podem passar pelas medidas acima descritas, conjugadas com a renegociação da dívida pública, desde logo, da parcela que o país transfere para a UE herdada do tempo da troika e que todos os anos, só em encargos, comissões e juros, representa mais de mil milhões de euros.

A isso somar-se-ia a poupança potencial com a renegociação da dívida de longo prazo detida pelo grande capital, que estimamos poder libertar mais de 4 mil milhões de euros ao ano, conclui a Central. ●

Precariedade

Um combate essencial

A CGTP-IN defende que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, devendo ser tomadas as medidas necessárias para a concretização deste princípio.

Os efeitos da precariedade fazem-se sentir de múltiplas formas. A Central pormenoriza:

- **No plano social**, a precariedade no trabalho significa instabilidade na vida de milhares de trabalhadores, em insegurança financeira e como um factor que adia e, por vezes, nega projetos de vida. Tem impactos ao nível da demografia do país, com muitos jovens trabalhadores, fustigados pelos vínculos precários, a não terem condições para constituir família.

- **No plano económico**, a precariedade laboral é o reflexo de um modelo produtivo assente em baixo valor acrescentado, que incorpora pouco conhecimento e está alicerçado em atividades rotineiras. Fruto, também, de uma divisão europeia do trabalho, que amarra o país ao presente perfil produtivo, temos um modelo que alimenta e se alimenta da precariedade dos vínculos, com o qual urge romper.

Fragilização dos trabalhadores

A precariedade é fomentada porque é um instrumento de fragilização dos trabalhadores na relação laboral. Desde logo, dos trabalhadores, que, ocupando um posto de trabalho efetivo, têm um vínculo precário e auferem, em média, menos 30% do que o mesmo trabalhador a desempenhar as mesmas funções com um vínculo laboral estável.

A CGTP-IN estima, com base numa análise conservadora, que o patronato se aproprie de 248 milhões de euros por mês e 3,4 mil milhões de euros por ano, devido ao recurso a trabalho com vínculo precário.

Cruzando dados de várias fontes administrativas (Quadros de Pessoal, estatísticas sobre o emprego na Administração Pública da DGAEP) com os do INE, estima-se que um milhão e trezentos mil trabalhadores tenham contratos não permanentes em

Portugal, sendo que, para o apuramento dos valores agora avançados, a CGTP-IN contabilizou apenas os 774 mil trabalhadores com vínculos não permanentes divulgados pelo INE.

Assim, o valor apropriado pelo capital com a precariedade será superior, não só porque partimos de uma estimativa conservadora do número de postos de trabalho permanentes ocupados por trabalhadores com vínculos precários, mas

também pelo efeito que a precariedade no mundo laboral tem em todos os trabalhadores, mesmo nos que têm um vínculo efetivo.

Emprego com direitos

É fundamental proibir os despedimentos e garantir emprego para aqueles que o perderam nos últimos meses e para os que já antes se viam privados do direito ao trabalho.

Neste sentido, o impacto provocado pela pandemia Covid-19 e o aproveitamento que dela foi feito, pôs em evidência vários problemas essenciais existentes e a natureza de classe da legislação laboral, nomeadamente a que foi aprovada recentemente pelo Governo PS, mas também a que tem origem em governos anteriores do PS, PSD e CDS.

A defesa do emprego com direitos e o fim da precariedade exigem a revogação das normas da legislação laboral que se opõem àqueles importantes objetivos. ●

(Das tomadas de posição divulgadas pela CGTP-IN, com destaque para o documento "Responder aos problemas económicos e sociais, defender os direitos dos trabalhadores, desenvolver o país", de 30/06/2020)





“Pensar o Sindicalismo: que desafios numa sociedade em mudança?”

Armando Dutra: “O poder político tem de entender que quanto mais fragilizar as estruturas sindicais mais compromete o equilíbrio social”

“O movimento sindical enfrenta hoje enormes problemas resultantes do desemprego e da precarização do trabalho”, lembrou Armando Dutra, na sessão comemorativa dos 40 anos de vida e luta do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA), realizada em Ponta Delgada. “Pensar o Sindicalismo: que desafios numa sociedade em mudança?” foi o tema desenvolvido pelo Presidente da Assembleia Geral do SPRA. Em todas as ilhas tiveram lugar iniciativas de comemoração da data.

Armando Dutra deu os “parabéns ao SPRA pelos nossos 40 anos”, acrescentando: “São **nossos** porque lhe demos o sentido, a força e a razão de ser da sua existência. Cada um de nós contribuiu, de forma diversa mas significativa, para que o Sindicato dos Professores da Região Açores continue a afirmar-se como força sindical relevante na Região Autónoma dos Açores e parceiro imprescindível para o progresso destas ilhas, porque a Educação é, inquestionavelmente, um fator determinante para o seu desenvolvimento económico, social, cultural e civilizacional”.

Como Presidente do Sindicato, de 2005 a 2009, relembrou “alguns dos momentos que marcaram o pensamento e a ação

sindical deste período, curto, mas de enorme significado e importância para a história deste Sindicato e para a vida profissional dos docentes nesta Região Autónoma”, observando a dado passo:

“Vivia-se no país um período altamente conturbado, de ataque à dignidade pessoal dos professores e educadores, aos seus direitos profissionais e à unidade da classe docente. Todos se recordam, no período sócrático, as mafeitorias de Lurdes Rodrigues e os seus lamentáveis comentários e expressões que punham em causa a ética, os valores e os princípios deontológicos da nossa classe, procurando rebaixar e desvalorizar a nossa função social, a fim de desmerecermos o apoio da sociedade.”

E lembrou ainda: “Apesar da fortíssima reação dos Sindicatos e da grande maioria dos Professores e Educadores deste país, perante a insensibilidade do Governo e a obcecação da ministra, nada obsteu à concretização de medidas legislativas altamente gravosas para a classe docente: divisão da carreira, avaliação com quotas, fim da gestão democrática, extinção de escolas e criação de mega-agrupamentos, etc,etc”.

Uma solução e um plenário histórico

Armando Dutra deixou de seguida dois apontamentos:

- Foi naquele cenário caótico que o

SPRA, fazendo jus à autonomia, procurou encontrar uma solução que melhor defendesse os Professores e Educadores que trabalhavam nesta Região Autónoma. Surgiu assim o desafio de propor ao então Secretário Regional da Educação, Álamo de Meneses, a criação de um Estatuto da Carreira Docente regional, apresentando-se, como condição prévia, cinco questões fundamentais a salvaguardar: unidade da carreira, gestão democrática, anualidade dos concursos, inexistência de quotas na avaliação e garantia da mobilidade dos docentes no todo nacional.

• Como em política os compromissos são, por vezes, voláteis, convidámos o Secretário para o memorável Plenário do Coliseu, talvez o maior de sempre do Sindicalismo na Região, “uma coisa do outro mundo”, dizia o Padre João Maria, a fim de comprometê-lo publicamente com tais princípios, que ainda hoje continuam a ser respeitados e que estão na origem da criação do Estatuto da Carreira Docente Regional. Creio que valeu o esforço, porque, apesar dos muitos aspetos a melhorar, estamos melhor defendidos do que os restantes docentes do país. Congratulamo-nos com esta decisão porque, além dos seus efeitos, ela foi igualmente inspiradora para a Região Autónoma da Madeira que, nesta matéria, tendo-nos como referência, seguiu o mesmo percurso de afirmação autonómica.

“Não posso, obviamente, esquecer outros momentos que marcaram a vida sindical deste período, nomeadamente a adesão formal à CGTP-IN, a mais prestigiada e respeitada central sindical do país, quer pela sua dimensão quer pela sua ação. Aproveito para felicitar o seu Secretário- Geral Arménio Carlos, pela sua atitude assertiva e combativa na defesa dos direitos dos trabalhadores, para que tenhamos uma sociedade mais justa e humana”

No plano da FENPROF, “é inevitável referir-me à eleição de Mário Nogueira, em cujo processo o SPRA, o SPRC, o SPZS e o SPM foram determinantes para a sua eleição como Secretário Geral. Ainda hoje, sentimos orgulho por isso, porque ao longo destes anos, o tempo mostrou que estávamos do lado certo, dadas as provas da sua enorme dedicação, competência e determinação na defesa da Educação e do Sindicalismo.”

Vale sempre a pena lutar!

Segundo Armando Dutra, “seria uma omissão grave não referir a luta que travámos pela recuperação do tempo de serviço congelado entre 2005 e 2007. O

tempo mostra que vale sempre a pena lutar e que as estratégias seguidas pelo SPRA têm dado alguns frutos. Apesar de termos sido, até ao momento, os únicos no país a recuperá-lo, a nossa solidariedade manter-se-á até que a justiça se faça para todos.”

E comentou ainda: “Sendo certo que o passado marca a história das organizações ou associações, constituindo um referencial para a sua ação, o pensamento sindical tem de ser prospetivo, para que os Sindicatos possam melhor responder aos desafios de uma sociedade em acelerada mutação, dados os avanços da ciência e da tecnologia, da globalização e das transformações sócio-económicas daí decorrentes”

A propósito, o, agora, Presidente da Assembleia Geral do SPRA falou da luta

“Há valores fundamentais que marcam o sindicalismo ao longo da sua história e que permanecem inquestionáveis e intocáveis: a luta pela democratização e pela humanização da vida em sociedade”

SEMINÁRIO
PENSAR O SINDICALISMO

Que desafios numa sociedade em mudança?
3 MAIO | 15H30

📍 BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL DE PONTÁ DELGADA

PARTICIPANTES:

 Arménio Carlos Secretário Geral da CGTP-IN	 Mário Nogueira Secretário Geral da FENPROF	 António Lucas Presidente do SPRA
 Armando Dutra Ex-Presidente do SPRA	 Fátima Garcia Ex-Presidente do SPRA	 Francisco Sousa Ex-Presidente do SPRA

MODERADOR:

**Herberto Gomes**
Jornalista

MOMENTOS MÚSICO-LITERÁRIOS:

Grupo Sintonias
Escola Secundária das Lajeiras

Turma de Viola - Conservatório Regional de Ponta Delgada
Orientada pela Professora Gianna de Toni

Recital de Poema - Profs Judite Barros da Costa e Eliseu Pacheco
Escola Secundária da Ribeira Grande





Parceiros ativos

“O papel e a função dos sindicatos pode, mas não deve, confinar-se aos interesses corporativos e à mera reivindicação de condições laborais e remuneratórias. Como parceiros ativos, existem preocupações sociais e educativas a defender, que condicionam o nosso desempenho profissional, não fôssemos professores e educadores responsáveis pela formação e educação das crianças e dos jovens deste país, sabendo-se que muitas vivem num ambiente socio-económico e familiar adverso ao seu crescimento e estabilidade emocional, sendo mais de seis mil e quinhentas sinalizadas por negligência e maus tratos psicológicos, todos os anos, de modo transversal a todos os estratos sociais.”

por uma sociedade que garanta justiça, proteção e igualdade de oportunidades a todos e a todas, que valorize e dignifique o trabalho e que exija a modernidade e o progresso, não excluindo, ou colocando à margem, tantas pessoas do desenvolvimento civilizacional.

O papel dos Sindicatos

As associações sindicais tiveram e continuam a ter nos nossos dias um papel relevante no equilíbrio das relações sociais, sublinhou. “Há, porém, quem afirme que os tempos mudaram, que é preciso uma nova linguagem, uma nova forma de estar e de encarar os problemas, que é preciso renovar e encontrar outras formas de comunicar, utilizando novas plataformas que garantam maior rapidez e partilha de informação, que esta tem de ser atual, precisa, concisa e significativa, dada a volatilidade dos acontecimentos e das dinâmicas sociais, sendo igualmente necessário um modelo de sindicalismo mais dinâmico, descentralizado, horizontal e flexível, procurando uma maior integração dos trabalhadores precários nas estruturas sindicais”.

Sindicatos são parceiros ativos

O sindicalista deixou várias “mensagens” ao longo da sua intervenção. Atente-se a esta: “O poder político tem de entender que quanto mais fragilizar as estruturas sindicais mais compromete o equilíbrio social. Os Sindicatos têm de ser considerados parceiros ativos e empenhados na resolução dos problemas e dos conflitos sociais, sob pena de se acumular tensões e provocar ruturas, que, quando lideradas por movimentos inorgânicos desestruturados, de difícil interação e controle, podem comprometer a paz e a ordem pública”.

Mais adiante, afirmaria:

“Num mundo onde impera a desigualdade e a concentração da riqueza, em que um quarto da população

Necessitamos de “políticas educativas e sociais que privilegiem o chamado triângulo do conhecimento: Educação – Investigação – Inovação, a fim de recuperarmos o nosso atraso e nos aproximarmos dos padrões médios de desenvolvimento europeu”

mundial vive em condições de pobreza extrema ou moderada, segundo dados da OIT, marcado pela crise económica, pelo desemprego e pela precariedade, resultantes do capitalismo financeiro e da globalização neoliberal da economia e dos mercados, colocam-se, ao movimento sindical, novos desafios que exigem respostas mais globalizadas. As preocupações sindicais, o seu âmbito de ação e de intervenção exigem que se passe da solidariedade nacional para a transnacional, dando assim mais força aos trabalhadores, perante a internacionalização do mercado de trabalho.”

A condição de precário

Referindo que “o movimento sindical enfrenta hoje enormes problemas resultantes do desemprego e da precarização do trabalho”, Armando Dutra observou:

“A condição de precário, segundo Elísio Estanque, aumenta a desilusão social e conduz à redução dos níveis de participação cívica, associativa e política, favorecendo a procura de soluções individuais ao nível profissional, dificultando a ação coletiva. Perante o aumento da insegurança e do risco do desemprego, já não são os direitos laborais que se pretende defender, mas





© Açoriano Oriental/Pedro Amaral

Olhar para o futuro com confiança

“O movimento sindical está, como sempre, ao lado dos trabalhadores e, no nosso caso em particular, tudo fará para fortalecer e valorizar a profissão docente. Apesar de nesta Região termos perdido 1/5 da população escolar no espaço de uma década, porque somos um Sindicato norteado por ideais, defensor de princípios e causas, há que olhar para o futuro com confiança e esperança. Por isso, vamos trabalhar para termos um movimento sindical cada vez mais unido, com identidade reforçada, objetividade nos propósitos e solidariedade na ação, dando mais força a todos os que se encontram social e profissionalmente mais vulneráveis.”

Da comunicação de Armando Dutra na jornada comemorativa dos 40 anos do SPRA, em Ponta Delgada

apenas o emprego, o que traduz bem a debilidade em que se encontra hoje o trabalhador. Tende a reforçar-se a ideia de que “o pior dos empregos é sempre preferível ao desemprego”.

O que esperar de uma Região em que quase um décimo da população vive do rendimento social de inserção ou de um país em que 1/4 dos jovens confessa ter dificuldades em falar com o pai e em que 36,3% diz viver com a mãe e raramente ou nunca está com o pai? O que esperar de uma sociedade onde imperam as relações virtuais e se deixam as crianças e jovens entregues a si mesmas, sem referenciais e perspetivas de futuro?

Os jovens, a vida e a escola

Dutra referiu que um estudo da Universidade de Lisboa, de 2018, revela que 34% dos amigos são virtuais e que, nos tempos livres, 56,6% dos jovens usa telemóvel, 46,9% ouve música e 35,7% dorme. Metade diz que raramente ou nunca lê. Considera, por isso, ser importante haver ações que promovam a gestão do tempo, o convívio em atividades de caráter cultural, artístico e desportivo, a par de outras que promovam a gestão das emoções, a resolução de problemas e a cidadania ativa.

“A aposta na qualificação dos portugueses é imperiosa para o nosso desenvolvimento”

“O movimento sindical não pode nem deve ser posto em causa, porque ele é um dos pilares das sociedades democráticas”

No plano escolar, prosseguiu, o mesmo estudo revela que 29,6% dos jovens não gosta da escola. Consideram que a matéria é demasiada, aborrecida, difícil e a avaliação “um stress” e que, por isso, estes resultados merecem um incremento de ações de revisão curricular, no que respeita à adequação, relevância e extensão das matérias. Todos sabemos que o “peso” da estrutura curricular condiciona, de modo significativo, as metodologias e os processos de inovação pedagógica. Além disso, 50% dos jovens queixa-se, ainda, da pressão dos pais pelas boas notas e 1/3 revela ter fracas expectativas face ao seu futuro profissional.



Armando Dutra, Presidente da Assembleia Geral do SPRA: **“O Sindicato dos Professores da Região Açores continua a afirmar-se como força sindical relevante na Região Autónoma dos Açores e parceiro imprescindível para o progresso destas ilhas”**

Lembrando que a robótica e a inteligência artificial não param de evoluir e que a mão de obra não qualificada será a mais atingida pelo automatismo, o antigo presidente do SPRA sublinhou: “O investimento na Educação, situado em 3,7% do PIB, não é suficiente, se queremos aumentar a produtividade e a competitividade do país, que é de apenas 66,4% em relação à EU.”

Sobre a produtividade

Já na ponta final da sua intervenção, atentamente seguida pelo auditório, Armando Dutra registou:

“Com base em dados da PORDATA, podemos concluir que a produtividade

laboral não depende do tempo de trabalho. O número médio de horas de trabalho por semana, em Portugal, dos trabalhadores por conta de outrem, é de 35,6, enquanto que na EU a 28 é de 30,1 e na Alemanha de 24,9.”

E concluiu: “Há muitos outros fatores que interferem na produtividade, nomeadamente a qualificação, e, aqui, Portugal tem ainda um longo caminho a percorrer, dado que 43,3% dos trabalhadores por conta de outrem não vão além do 9.º ano e que 54,6 % dos empregadores não frequentou o ensino secundário ou superior, enquanto que na Polónia, por exemplo, esta percentagem é de apenas 1%.” ●



de frequência do Ensino Normal a partir de 1901 e a participação em conferências contribuíram para a união e para a alteração progressiva da sua imagem.

Associação Federal do Professorado Primário Açoriano

Nos Açores, já nos finais do século XIX, terão despontado algumas tentativas com vista à defesa dos interesses dos professores.

Em **1892**, um movimento presidido pelo inspetor José António Raposo deliberou fundar uma Associação Federal do Professorado Primário Açoriano, que se estenderia a Angra do Heroísmo e à Horta, com o objetivo de levar ao conhecimento público, os problemas por que passavam.

Em **1904**, a imprensa pedagógica encabeçada pelo *Jornal Educação Nacional* do Porto terá apelado à união, com o objetivo de criar um movimento reivindicativo da classe do magistério português. À “liga da imprensa”, como ficara conhecido este movimento, foram-se associando alguns jornais açorianos, com destaque para a *Revista Pedagógica*, *O Tempo*, *O Dia* e *A Voz do Professor*, que levaram à criação, em 1909, da Liga Nacional do Professorado Português, que funcionou como um órgão coordenador dos centros escolares republicanos de todo o País e constituiu um importante fator de união, propaganda e consciencialização da classe. ●

* *Sócia do SPRA. Doutorada pela UAC em História Insular e Atlântica (Séculos XV-XX)*

APONTAMENTO

O despertar do Associativismo Docente nos Açores

Isolina Reis de Medeiros*

No início do século XX, o associativismo docente caracterizava-se por ser, essencialmente, de base mutualista e assistencialista.

As parcas remunerações que auferiam os professores e a miséria com que se debatiam não garantiam a sobrevivência em caso de doença e/ou incapacidade, daí a natureza deste tipo de instituições. Estas condições,

associadas ao isolamento, contribuíram para uma imagem degradante do professorado. Perante tais adversidades, o descontentamento generalizado conduziu a uma intensa atividade associativa, que se foi transformando, assumindo características mais reivindicativas.

Os professores, apesar de constituírem um grupo profissional, não tinham consciência de pertença a uma classe. Segundo Nóvoa, a obrigatoriedade



RECORTES DE IMPRENSA

Escolas dos Açores apoiam candidaturas de acesso ao ensino superior

“Açoriano Oriental”, 22/7/2020

A Escola Secundária Domingos Rebelo, em São Miguel, e as Escolas Básicas e Secundárias das ilhas de Santa Maria, da Graciosa, da Calheta, em São Jorge, a Escola Secundária Manuel de Arriaga, no Faial, a de São Roque do Pico, bem como as EBS das Flores e a Mouzinho da Silveira, na ilha do Corvo, vão proceder a partir do dia 7 de agosto ao acompanhamento presencial dos interessados ao concurso nacional de acesso ao ensino superior público em 2020-2021.

De acordo com uma determinação da Direção Regional da Educação, que na ilha Terceira assegurará esse acompanhamento, cada uma das referidas escolas terá um espaço adequado ao “acompanhamento presencial dos interessados, segundo as normas adequadas ao atual estado de pandemia de Covid-19”, explica nota do executivo. Cada um destes estabelecimentos de ensino deverá, para além do

atendimento presencial, proporcionar o acompanhamento telefónico, sempre que necessário, aos estudantes que precisem de apoio, aquando do registo da candidatura *online* nas suas residências, de acordo com a mesma determinação. Para aceder às funcionalidades da candidatura *online*, os interessados devem pedir uma senha de acesso, através da página ‘Pedido de Atribuição de Senha’ e entregar a confirmação na sua escola.

O prazo normal para a apresentação da candidatura à primeira fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior **começa a 7 de agosto terminando a 23 de agosto**.

Para a segunda fase, o prazo decorre de **28 de setembro a 9 de outubro**, enquanto o prazo da terceira e última fase decorre de **22 a 26 de outubro**. A divulgação dos resultados ocorrerá a **28 de setembro**, para a primeira fase, a **15 de outubro**, para a segunda fase, e a **30 de outubro**, para a terceira fase. ●

ALERTA SINDICAL

É preciso estar atento!

Da parte dos Sindicatos, há que desenvolver um enorme esforço no combate ao descrédito e à resignação, mostrando que ter trabalho não é garantia de ter condições de vida dignas.

Não faltam vendedores de ilusões ao serviço de interesses pouco claros, afirmando que somos cidadãos do mundo, que o emprego estável e com direitos é algo do passado, que os Sindicatos são forças de bloqueio ao desenvolvimento económico e social...

É preciso estar atento e olhar com racionalidade o que se passa à nossa volta e no mundo, para não nos deixarmos iludir, pondo em causa as estruturas que nos defendem. Não fosse o sacrifício, a determinação e a luta de muitos trabalhadores, mobilizados pelos seus Sindicatos, viveríamos hoje em condições sociais bem piores. Basta recordar, no caso concreto dos Professores e Educadores, que, em tempos não muito longínquos, nem as férias eram remuneradas...| *Armando Dutra* ●

A PROPÓSITO DE...

...eleições regionais no próximo mês de outubro

“A educação e a docência não se compadecem com timings eleitorais. As mudanças no sistema educativo necessitam de tempo de assimilação, de ponderação e de implementação. Os docentes da Região Autónoma dos Açores necessitam de tempo de qualidade (individual e familiar), como qualquer trabalhador!” ●

A Direção do SPRA, 6/12/2019

AVISO À NAVEGAÇÃO

“Não se espere que 60 mil docentes com mais de 50 anos, a maior parte com mais de 60, muitos portadores de doenças crónicas, consigam dar as respostas como davam quando tinham 30 anos.”

Mário Nogueira, citado pelo Diário de Notícias, 23/07/2020



costeiras, a redução da biodiversidade, alterações ao nível do ciclo hidrológico e a redução de reservas de água doce são outras das consequências deste problema.

“Salvaguardar o nosso futuro”

É tempo de agir, sob pena de um dia ser tarde demais. A escolha entre ambiente e economia é uma falsa escolha, pois fazer o que está correto cria emprego e gera progresso. Preservar o ambiente é salvaguardar o nosso futuro. Não poderemos continuar a ter desenvolvimento e a satisfazer as nossas necessidades se não protegermos a natureza: trata-se do conceito de desenvolvimento sustentável.

As escolas podem ser espaços privilegiados para promover uma tomada de consciência sobre este tema e é aí que a sensibilização deve começar, junto dos mais jovens, transmitindo-lhes que é a sua própria sobrevivência que poderá estar em causa. Salvaguardar o futuro das gerações vindouras deve nortear todas as ações, sendo esta uma questão moral e ética.

Recomenda-se, vivamente, a leitura e divulgação do manual “Transição energética justa nas Escolas (*);” um documento de reflexão, que aponta também para um plano de intervenção pelo clima nas escolas. ●

(*) Consultar em www.spn.pt e www.spgl.pt

Transição energética justa nas escolas

O projeto “Empregos para o Clima” junta várias organizações ambientais, sindicais e laborais e tem como principal objetivo

O projeto “Empregos para o Clima” junta várias organizações ambientais, sindicais e laborais e tem como principal objetivo criar, a prazo, 100 mil empregos verdes.

O aquecimento global não é uma teoria, mas algo que está cientificamente comprovado. A suposta controvérsia ou a falta de consenso em torno desta matéria foram criadas para lançar a dúvida sobre a opinião pública.

As consequências deste fenómeno, que é global, são preocupantes: as catástrofes naturais sucedem-se a um ritmo avassalador, são mais intensas e frequentes do que no passado e resultam, por vezes, em centenas ou mesmo milhares de mortes e num rasto de destruição.

O degelo das calotes polares, com a consequente subida do nível médio das águas do mar e a submersão de áreas



Solidariedade internacional

O **Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN**, reunido em Lisboa, no passado dia 10 de julho, destacou a força da solidariedade internacional, apontando para duas situações de extrema importância e atualidade:

- A do povo da Palestina, repudiando fortemente a intenção do Governo de Israel de anexar uma parte importante da Cisjordânia;
- E a de todos os que são vítimas do racismo, da xenofobia e da exploração, das injustiças e desigualdades sociais, transmitindo uma sentida mensagem de

solidariedade aos trabalhadores e ao povo dos EUA, na sua luta contra todas as formas de injustiça, por melhores condições de trabalho e de vida e pela paz.

“Aos trabalhadores e aos povos a braços com a agressão imperialista, manifestamos toda a solidariedade, com a certeza de que reside na acção organizada dos povos em defesa dos seus direitos e interesses um elemento central da luta pelo progresso e pela paz”, lê-se na resolução aprovada pela Central unitária portuguesa. ●



Em tempo de pandemia, a importância da intervenção sindical

“Um dos efeitos sociais da pandemia é o empobrecimento de numerosas famílias e a necessidade premente de manter o serviço de refeições disponibilizado pela escola pública (...) A realidade insular, arquipelágica e ultraperiférica da Região, facilitou a circunscrição do contágio, sobretudo através da identificação das cadeias de contágio e da limitação das deslocações entre ilhas e com o exterior, mostrando, também, no combate ao Sars-CoV-2, que o exercício dos poderes autonómicos tem enorme vantagem.” ●

António Lucas, Presidente do SPRA, 29/05/2020

“A FENPROF exige que o Governo, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em articulação com a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), tome medidas integradas e sistémicas de resposta às perturbações decorrentes da pandemia, que não podem deixar de levar em linha de conta as justas reivindicações que têm sido feitas por todos aqueles que, sendo parte integrante do sistema científico e tecnológico nacional, se encontram em situação laboral mais frágil e vulnerável.” ●

Departamento do Ensino Superior, da FENPROF, 26/06/2020

“A FENPROF expôs, junto de responsáveis da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), a situação de precariedade vivida por centenas de investigadores contratados por instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFL), nuns casos na qualidade de bolsiros de investigação e, em outros, como contratados a termo, mas, em qualquer dos casos, sem que sejam respeitadas quaisquer normas legais reguladoras da relação laboral estabelecida entre estes trabalhadores científicos e as entidades empregadoras, ou seja, as IPSFL.” ●

Secretariado Nacional da FENPROF, 14/07/2020

“A tecnologia deve servir para fazer avançar a sociedade e não para a fazer retroceder (...) No momento actual da história do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas, com a introdução de tecnologias, combinada com as capacidades da força de trabalho, atingiu um nível que, ao invés de potenciar o crescimento, constitui-se hoje como um entrave ao progresso. No quadro da sua crise estrutural, o capital procura, como sempre fez, na introdução de novos métodos e técnicas, a forma de manter e aumentar a rentabilidade e a acumulação de riqueza.” ●

Isabel Camarinha, Secretária Geral da CGTP-IN, Lisboa, 16/07/2020, Debate sindical sobre automação e teletrabalho

“Vamos continuar a lutar para defender a saúde e os direitos dos trabalhadores.” ●

CGTP-IN, 21/07/2020

“Covid-19: escolas ponderam cantinas take-away para evitar contágios. Opção consta da orientação do Ministério da Educação para as escolas. Directores ponderam adoptar esta sugestão.” ●

Público, 22/07/2020

“A FENPROF lembra que as salas de aula são espaços fechados, partilhados por crianças ou jovens e adultos, estes, em muitos casos, já de grupos etários mais elevados; nas salas e com as indicações dadas até agora pelo ME torna-se praticamente impossível, em especial nos primeiros anos de escolaridade e na educação pré-escolar, manter distanciamentos que têm sido geralmente recomendados pelas autoridades de saúde.” ●

Secretariado Nacional da FENPROF, 22/07/2020

ENTRADA LIVRE
Teatro Ribeiragrاندense

CICLO DE CINEMA

McFarland
8 DE OUTUBRO | 21H00

Raiva
11 DE OUTUBRO | 21H00

Ladri di Bicicletti
18 DE OUTUBRO | 21H00

Germinal
25 DE OUTUBRO | 20H00

COMEMORAÇÃO 40 ANOS SPRA

ENTRADA LIVRE

CICLO DE CINEMA

Teatro Ribeiragrاندense

SÃO JORGE

ENTRE LES MURS

OS VIETQUOS

WATERFRONT

COMEMORAÇÃO 40 ANOS SPRA



Iniciativas realizadas no âmbito das comemorações dos 40 anos do SPRA

ENCONTRO COM O ESCRITOR

22 | FEV 18H00
ENTRADA LIVRE

PEDRO CHAGAS FREITAS
Amor, a ilusão da eternidade

ENCONTRO COM O ESCRITOR

22 | FEV 18H00
ENTRADA LIVRE

Amor, a ilusão da eternidade

WORKSHOP ESCRITA-CRIATIVA

23 | FEV 15H-17H30
18H-19H30
INGRESSO 5€ (12€ com almoço)

PEDRO CHAGAS FREITAS

sindicato dos professores da região açores

CAMINHADA

Trilho da Paisagem da Cultura da Vinha

Dia 25 de MAIO

PROGRAMA

10H30 - Concertação Parque do Alto da Cerca [Criação Velha]

11H00 - Início da caminhada

12H30h - Almoço: [Porco no Espeto]

Inscrições - até 10 de maio
pico@spra.pt

região açores

CORRIDA & CAMINHADA DO PROFESSOR

COMEMORAÇÃO 40 ANOS sindicato dos professores da região açores

2
FEVEREIRO
2019

INÍCIO 15H00

PRACA VELHA ANGRA DO HEROISMO

CIRCUITO: PASSEIO PANORÂMICO BAÍAS DE ANGRA

INSCRIÇÕES OBRIGATORIAS ATRAVÉS DO SITE WWW.SPRA.PT

1º LUGAR | 75€ • 2º LUGAR | 50€ • 3º LUGAR | 25€

MEDALHAS DE PARTICIPAÇÃO PARA TODOS

PARA OS PARTICIPANTES DA CORRIDA/CAMINHADA
DEGUSTAÇÃO/ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
COM PATRÍCIA CHEIO BLOG FOODWITHMEANING



27 JUN 2019

CONVERSA COM RAQUEL VARELA
MODERADOR | JOEL NETO

18H00
BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO




sindicato dos professores da região açores

WORKSHOP
"Controlar a mente"

Formadora: Catarina Ambar

Ginásio da EB1/JI de Vila do Porto
Dia 25 de maio (sábado)-10:00 | 12:00 horas



Inscrições - até dia 23 maio - smaria@spra.pt
Limitada a 15 participantes (selecção por ordem de inscrição)
Módulo (Lançamento - Alentejo)
1 dia emite-se certificado de participação

CONCURSO DE FOTOGRAFIA

45 ANOS A ENSINAR A LIBERDADE

EXPOSIÇÃO DAS 20 MELHORES FOTOGRAFIAS DE 2 A 31 OUT.
NO CENTRO COMERCIAL SOLMAR

PRÉMIOS:
1º - 200€
2º - 100€
3º - 75€

ENTREGA DOS PRÉMIOS 2 OUTUBRO 2019

Participações até **10 SETEMBRO**
através do email:
fotografialiberdade@spra.pt




sindicato dos professores da região açores

WORKSHOP
"Cozinha saudável"

Formadora: Carolina Terezi

Ginásio da EB1/JI de Vila do Porto
Dia 1 de junho (sábado)-10:00 | 12:00 horas



Inscrições - até dia 30 maio - smaria@spra.pt
Limitada a 15 participantes (selecção por ordem de inscrição)
Módulo (Lançamento - Alentejo)
1 dia emite-se certificado de participação



sindicato dos professores da região açores

CONFERÊNCIA ambiente

Um Olhar sobre o Parque Natural do Pico
Dr. Paulino Costa

MUSEU DOS BALEIROS DAS LAJES DO PICO
Dia 23 de março (sábado)-16:00 horas



Inscrições - até dia 20 março - pico@spra.pt
Lanche após a Conferência
1 dia emite-se certificado de participação

COMEMORAÇÕES DOS 40 ANOS DO SPRA



**CONSEGUIMOS!
CONSEGUIMOS!
CONSEGUIMOS!**

7 ANOS RECUPERADOS

A PARTIR DE 2019:

CADA DOCENTE VERÁ CONTABILIZADO NO TEMPO DE SERVIÇO
QUE JÁ POSSUI NO ESCALÃO

+ 426 DIAS = 1 ANO, 2 MESES E 1 DIA

POR CADA ANO ATÉ 2024!



www.spra.pt

JUNTA-TE A NÓS!

SINDICALIZADO | + INFORMAÇÃO | + FORÇA | + SEGURANÇA | + APOIOS SOCIAIS

